



Plurais Virtual

Universidade Estadual de Goiás
Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis

FEIJOADA INCOMPLETA

Ademir Luiz da Silva*

FLY, Peter. *A Persistência da Raça* – ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Central. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

“Não há racismo entre os ricos. Os ricos produzem, no máximo, as doutrinas do racismo; mas os pobres produzem sua prática, bem mais perigosa”.

Umberto Eco, *Cinco Escritos Morais*

Ministrei recentemente uma palestra sobre Cultura Afro, focada no Cinema Negro. Fui convidado pelo diretor de um instituto de educação, um velho amigo, que, por acaso, é negro. Apesar de estar longe de ser um especialista no tema, sendo apenas um neófito relativamente bem informado, aceitei. O compromisso obrigou-me a refletir sobre um assunto que, via de regra, não está entre minhas preocupações imediatas. Isto é sempre positivo.

Abri minha exposição apontando o nome de cinco personalidades brasileiras: Machado de Assis, José do Patrocínio, Lima Barreto, Milton Santos e Gilberto Gil. Pedi que a platéia apontasse o que tinham em comum. Como imaginei, responderam que o ponto comum estava no fato de serem todos negros. Ficaram decepcionados e um tanto constrangidos quando disse que estavam equivocados. O que tinham em comum era o fato de serem, cada um a seu modo, intelectuais. Dois escritores, um jornalista, um geógrafo e um músico. Claro, possuíam tez escura, mas, em minha concepção, isso não passa de um mero detalhe. Suas

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Docente do programa de mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado. Pós-doutorando em Artes Visuais, sob a supervisão do professor doutor Edgar Silveira Franco, na UFG. Correio eletrônico: ademir.hist@bol.com.br



realizações não estiveram submetidas à cor de suas epidermes. Nem mesmo no caso de José do Patrocínio, um notório negro abolicionista.

Consolei-os afirmando que, apesar de degradante e racista, a resposta que deram apenas fazia eco a mais uma das inversões de valores que muitas vezes cercam o discurso politicamente correto recorrente no Brasil. Discurso que, não raro, faz o que é errado parecer certo e o que é certo parecer errado. Assim, em sua anormalidade, foi normal a reação automática que tiveram diante de minha capciosa pergunta. O raciocínio ficou mais evidente quando, em seguida, procurei demonstrar que uma camiseta em que se lê “100 % negro” é tão racista quanto uma suástica. No fundo, as duas insígnias defendem idéias similares: orgulho racial e celebração telúrica mística. No primeiro caso da Mãe África, no segundo da Grande Alemanha. A diferença é que as convenções sociais, atualmente aceitas, construídas por meio de complexos processos históricos, acabaram por tornar uma insígnia aceitável e a outra inaceitável. Imagine a reação pública diante de uma camiseta com os dizeres “100% branco”. Creio que variaria entre o choque e a indignação. Depois da barbárie de Auschwitz é compreensível que seja assim. Mas, e depois da barbárie de Ruanda?

No meio da palestra, acabei por citar o livro *A Persistência da Raça – ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Central*, do antropólogo inglês Peter Fry. O verdadeiro assunto desse artigo. De modo bastante sucinto, a obra analisa os resultados de dois diferentes modelos de colonialismo, o britânico e o ibérico. Mostra suas diferenças e semelhanças, visando defender a tese de que “quando a crença generalizada em raças adquire força de lei, ela se torna cada vez mais difícil de erradicar”. Não por acaso, tanto na epígrafe quanto no primeiro parágrafo da introdução do livro, encontramos um trecho da *Primeira Declaração Sobre Raça*, divulgada pela Unesco em 1950. “Menos do que um fato biológico, raça é um mito social e, como tal, tem causado em anos recentes pesados danos em termos de vidas e sofrimento humanos”.

A autora do prefácio de *A Persistência da Raça*, Mariza Peirano, professora titular da UnB, designou-o como um livro de leitura obrigatória. Não creio que chega a tanto, uma vez que, no conjunto, seus textos possuem algo de ligeiro, para rápida digestão. Não se trata de nenhum tratado antropológico de fôlego. É mais uma reunião competente de artigos competentes. O que não é nenhum demérito. Trata-se de uma obra interessante e, o que é



importante, bem escrita e acessível para leigos interessados. Trás reflexões bastante sóbrias sobre assuntos polêmicos, tais como política de cotas, multiculturalismo, lutas de minorias etc. Em muitos casos, Fry aborda temas espinhosos com a autoridade de quem conheceu por dentro as organizações que os leva adiante, na condição de visitante ilustre, dando-se o direito de tecer críticas.

É bem verdade que raramente parte para o confronto direto. Seu estilo é o da polêmica com luva de pelica. Por exemplo, quando compara o movimento das mulheres e dos índios com outros, afirma que “os movimentos de negros e homossexuais consideram-se menos ‘bem-sucedidos’ exatamente porque nenhum deles sabe realmente quem é”. Em geral, o tom sereno que usa transforma declarações potencialmente perigosas em conselhos de irmão mais velho. Podemos não concordar com eles, e até nos sentirmos perseguidos, mas sempre parecem ser relevantes. Difíceis de serem descartados com mero dar de ombros e um resmungo entre dentes, mal-articulando algo como “bobagem”. Coisa que muitas vezes fazemos, sem nenhum remorso, com certos autores. Se, digamos, Paulo Francis tivesse escrito a mesmíssima coisa, seria motivo de protestos e cartas furiosas ao editor.

Contudo, apesar de ser uma boa coleção de textos, apenas um deles é realmente histórico. O ensaio “Feijoada e *soul food* – 25 anos depois”. Histórico por dois diferentes motivos. Primeiro porque mostra que um intelectual, para ser coerente, não precisa tornar-se refém de suas opiniões anteriormente divulgadas. Segundo porque sua opinião atual difere totalmente daquela que defendeu décadas antes, em um artigo que se tornou um pequeno clássico em sua ciência. Portanto, “Feijoada e *soul food* – 25 anos depois”, é uma espécie de réplica contra si mesmo. Um reconhecimento público de que estava errado.

Em 1976, Peter Fry foi convidado para participar de uma mesa-redonda sobre “Mudança Cultural na Sociedade Moderna”, no XXVIII congresso anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Brasília. Um tanto temeroso, por estar no centro do poder do regime militar, o antropólogo aceitou o convite. No final, seus temores se revelaram infundados. Sua fala foi um sucesso e o artigo resultante, “Feijoada e *soul food*”, publicado no ano seguinte nos *Cadernos de Opinião*, rapidamente se tornou um texto de referência. Para sua surpresa e envaidecimento, Fry “foi descobrindo que, para algumas pessoas, aquele pequeno ensaio representava um ‘achado’ importante na denuncia do racismo à brasileira”.



Plurais

Virtual

Universidade Estadual de Goiás
Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis

Em *A Persistência da Raça*, o artigo original é republicado. Nele, o autor, começa contando que “Em julho último (1975), em Nova Iorque, decidi oferecer a meus amigos um prato típico brasileiro. Com muita dificuldade consegui encontrar feijão-preto, costeletas de porco defumada, couve e outros produtos, e assim pude preparar uma feijoada, que servi com a devida pompa. Foi aí que um de meus amigos, um preto do Alabama, depois de ter olhado e cheirado atentamente a travessa, acabou com todo o suspense ao comentar que se tratava simplesmente de comida à qual estava acostumado desde criança. O que no Brasil é um prato nacional, nos Estados Unidos é *soul food*”. Ou seja: o que no Brasil é um prato nacional, nos Estados Unidos é comida típica da comunidade negra.

Intrigado, o mestre-cuca Peter Fry se esmerou em buscar uma explicação para o gastronômico fenômeno. Imaginou tê-la encontrado em um coquetel em que misturava duras críticas ao pensamento de Gilberto Freyre com análises do candomblé e do samba, segundo ele, “os produtos culturais mais originais do Brasil”. Em resumo, tudo se concentrava em uma confusa política de repressão branca que elevou itens culturais negros ao status de símbolos nacionais como forma de ocultar o racismo e perpetuar livremente as desigualdades. Um desmonte do propalado conceito de Democracia Racial de Freyre. Afinal, deduz o Fry dos anos 70, “a conversão de símbolos étnicos em símbolos nacionais não só oculta uma situação de dominação racial, mas torna mais difícil a tarefa de denunciá-la”. Para ele o que existiu foi uma espécie de conspiração silenciosa em que os brancos apenas fingiram incorporar a cultura dos negros para poder dominá-los com mais eficiência.

Conclusão bastante frágil, para dizer o mínimo. Não é por acaso que o autor confessou, no próprio corpo do texto, que “para falar a verdade, acho difícil responder a estas questões”. Difícil mesmo é imaginar as razões que tornaram este trabalho tão influente. Consciente, o Fry dos anos 90 atribui parte do sucesso ao uso que fez do jargão marxista. Termos como “o capital” e “elite dominante” estavam na moda. O fato é que foi o texto certo na hora certa. Falou o que muitas pessoas queriam ouvir. Afinal, eram os anos 70. Os últimos acordes dos Beatles ainda ressoavam no ar.

Mas, felizmente, o autor se redimiou. Duas décadas e meia depois, Fry afirma que “ainda considero importante perguntar por que a minha feijoada se tornou *soul food* nos Estados Unidos”. Porém, vivendo agora na virada para o segundo milênio, as respostas



encontradas são diferentes. Não simplifica em excesso, não demoniza tanto os brancos, não engessa suas conclusões em perspectivas dualistas rasas em que só existem oprimidos e opressores, bem e mal. A desesperança corrente amadureceu seu pensamento. Finalmente, Fry levou em consideração o fato de que, querendo ou não, o brasileiro médio, seja branco, preto, amarelo ou vermelho, é mesmo o arquétipo do homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda. Nossos opressores brancos não eram assim tão brancos e nossos oprimidos negros lutavam capoeira. A cultura brasileira é como uma feijoada: uma tremenda mistura de sobras. O gosto bom (sic) foi um acidente.

Em grande parte o repensar de Fry acerca de seu artigo ocorreu devido ao avanço dos debates sobre o assunto, proporcionado por autores como Beatriz Góes Dantas, sua ex-aluna na Unicamp, Yonne Maggie e Hermano Viana, autor de *O Mistério do Samba*. Nestes casos o professor admite ter aprendido com os discípulos. Contudo, o aspecto teórico mais notável de “Feijoada e *soul food* – 25 anos depois” é o reconhecimento de Fry da razão das teses freyrianas. Agora ele acredita que “se a ênfase nas colônias britânicas recaía na segregação social, a ênfase formal nas colônias portuguesas recaía na assimilação. Desta forma, eu me aproximo de minha antiga nêmeses, Gilberto Freyre”.

Partindo desta nova perspectiva, e livre da antiga complacência, ele observa que “esta tensão nos ajuda a pensar na co-existência da repressão e da paixão pelo candomblé e pelo samba ao longo da história recente do país”. Racismo existe, exploração existe, mas nada é tão simples como parece. “Os candomblés, as macumbas, os espiritismos contemporâneos são resultado de embates e negociações entre elite e povo, brancos e negros, letrados e iletrados ao longo dos anos”. E quanto à feijoada? Fry acaba por não tomar partido definitivo, defendendo que o objetivo de seu novo artigo é mostrar que “as interpretações vão e voltam”. Tamanha dúvida, depois de 25 anos de reflexão, será excesso de preciosismo? Pessoalmente creio que se a feijoada se tornou o prato nacional é simplesmente porque a “elite dominante” também comia. E gostava.

Apesar de estar sempre pisando em ovos, Fry merece aplausos pela atitude. Poucos são os intelectuais que reconhecem publicamente seus equívocos. Em se tratando de um intelectual de certo relevo os méritos são ainda maiores. Geralmente os membros desta casta se encastelam em suas respectivas famas. Tornam-se intocáveis. Via de regra, ignoram, ou



Plurais

Virtual

Universidade Estadual de Goiás

Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis

fingem ignorar, as críticas. Não debatem com quem não consideram de seu mesmo nível. Se autoexilam em suas razões. Deixam de ser pensadores para ser personalidades. Aí as coisas andam por si só. Transformados em relíquias vivas, passam a dispor de numerosas hordas de cães de guarda para defender suas teorias. Só muito raramente sofrem uma recaída da “síndrome de Verlaine” e prestam atenção em algum jovem talento promissor, até então desconhecido. Nem sempre para o debate. Procuram trazê-lo para seu lado, antes que algum aventureiro o faça.

Claro que não é o caso de imaginarmos que Peter Fry seja algum tipo de boa alma inocente. Um cordeiro entre lobos. Seria subestimar sua inteligência. Certamente ele conhece muito bem as regras do jogo no mundo acadêmico e intelectual. Sabe que mudar de opinião é um direito inalienável dos homens inteligente e fez bom uso dele. Inclusive em prol da própria reputação. Afinal, simplesmente confessar um erro é uma coisa, admitir um “equivoco de julgamento” e mostrar que aprendeu com ele é algo absolutamente diferente. Principalmente em se tratando de Brasil, mercado no qual *A Resistência da Raça* fatalmente ecoaria.

Na condição de antropólogo, Fry sabe que faz parte de nossa índole cordial idolatrar a humildade enquanto qualidade metafísica. Isto ocorre mesmo em nossos círculos intelectuais, onde, tradicionalmente, o orgulho deveria ser um valor por si só. Somos a pátria da humildade. Não fomentamos o espírito de competitividade dos estadunidenses ou a empáfia elegante dos ingleses, por exemplo. Muito pelo contrário. No Brasil, marcar posição em defesa de uma opinião equivale a ser intransigente, pedante, cabeça-dura. Não ceder em um debate, ou ao menos admitir um empate, é uma ofensa pessoal. Na falta de argumentos razoáveis qualquer iletrado saca da cartola as infalíveis palavras mágicas: “gosto não se discute”. Vale por um xeque-mate. Os argumentos do “orgulhoso” são automaticamente desconsiderados, por mais lógicos e indiscutíveis que sejam. A razão pertence a todos (aqui isso equivale a uma emenda constitucional).

No Brasil a falta de personalidade costuma ser recompensada. Confundem-na com pureza de caráter. Levamos muito a sério o dito bíblico de que os “simples herdarão a Terra”. Simples, neste caso, entenda-se como o avesso do profundo e do complexo. Para constatar isto basta observar os vencedores da maioria das edições nacionais do *Big Brother*. Os eleitos



Plurais

Virtual

Universidade Estadual de Goiás
Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis

do público estão quase sempre entre os mais simplórios, os mais descamisados, os mais ignorantes e, em alguns casos extremos, até mesmo entre os mais feios. Nunca é demais lembrar que é o conjunto, algumas vezes didaticamente unânime, representado pelos votos das massas, das elites e das classes-médias, que decide quem sobrevive ao Paredão. Nesse contexto, não duvido que, diante de uma enquête proposta por algum programa de auditório televisivo, seja instituído por voto popular que o que Machado de Assis, José do Patrocínio, Lima Barreto, Milton Santos e Gilberto Gil possuem em comum é a cor da pele. E o mais lamentável é que não estarão fazendo por mal.

Ainda há muito a ser considerado. Esperemos “Feijoada e *soul food* – 50 anos depois”. Bodas de ouro.

Trecho da obra:

“Já nesta época o candomblé, embora produzido pelos negros, dependia para sua existência, pelo menos em certa medida, da elite branca. Situação semelhante existia no Rio de Janeiro no final do século passado. João do Rio descreve os centros de culto nos morros e mostra também como muitos freqüentadores eram membros da elite branca que buscavam comprar serviços mágicos a fim de derrubar rivais políticos ou conseguir amantes”.
(*Persistência da Raça*, página 151)